



ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia! *"Ata da Centésima Décima Quarta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Renato Câmara, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Cento e Quarenta e Três da Centésima Décima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 572/2025, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 49.376, 49.379, 49.382, 49.385, 49.388, 49.391, 49.394, 49.397, 49.400, 49.403, 49.406, 49.409, 49.412, 49.415, 49.418, 49.421, 49.424, 49.427, 49.430, 49.433, 49.437, 49.440, 49.443, 49.446, 49.449, 49.452, 49.803, 49.806 e 49.811/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Professor Rinaldo, Caravina, Paulo Duarte, Zeca do PT, Renato Câmara, Mara Caseiro e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Coronel David, Gleice Jane e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra o deputado João Henrique. ORDEM DO DIA - Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Decretos Legislativos nºs 15 e 17/2025, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 206/25, de autoria do deputado Caravina; Projeto de Lei nº 292/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 9/2025, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 286/2025, de autoria do Poder Judiciário; Projetos de Lei nºs 291, 297, 300 e 301/2025, de autoria do Poder Executivo. Foi pedido vista pelo deputado João Henrique do Projeto de Lei nº 299/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em*



*discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Pedro Guilherme Garcia Góes; requerimento de moção de repúdio, de autoria do deputado Zeca do PT, às ações de repressão excessiva empreendidas pela Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal (Iagro) contra os agricultores familiares sul-mato-grossenses; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à senhora Márcia Longo Dutra, professora, poetisa, pesquisadora e membra da Academia de Letras, Artes e Cultura de Naviraí (Alac), onde passa a ocupar a 15ª cadeira; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao escritor Eusvaldo Rocha Neto, conhecido como Professor Neto, pelo lançamento de sua quinta obra literária, intitulada Todos os Nossos Corpos, bem como pelo relevante conjunto de sua produção literária, que vem contribuindo de forma significativa para a valorização da literatura sul-mato-grossense e para a afirmação da identidade cultural regional; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Associação Três-Lagoense de Agentes Comunitários e de Endemias de Três Lagoas (Atacs), pela realização do 1º Seminário de ACS e ACE de Três Lagoas; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Escola SEI — Serviço de Educação Integral de Dourados Ltda., pela celebração dos seus quarenta e cinco anos de fundação, comemorados em setembro de 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao Lar de Crianças Santa Rita, pela comemoração de seus sessenta anos de atuação, celebrando uma trajetória marcada por acolhimento, dedicação e compromisso com a proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, pela criação do Sindicato Regional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias (Sindracse), entidade recém-fundada com o propósito de fortalecer, defender e valorizar os profissionais que atuam na linha de frente da saúde pública em nossa região; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à Rede Globo de Comunicação, pela reportagem 'Você conhece o baru, castanha típica do cerrado?', exibida no programa Globo Rural do dia 30 de novembro de 2025, ressaltando as propriedades nutricionais e o valor econômico da castanha; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à Polícia Militar Ambiental de Coxim, em reconhecimento à conquista do 1º lugar como Guardiã do Meio Ambiente — Subunidade Destaque de 2025, honraria concedida pela Polícia Militar Ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul às unidades que se destacam pela excelência no serviço ambiental; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada ao Cordão Valu, pela celebração de seus dezenove anos de história, resistência cultural e promoção do Carnaval de rua em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao atleta Rodrigo Fagundes de Freitas, zagueiro profissional do Criciúma Esporte Clube, natural de Coxim, em reconhecimento à sua destacada atuação no futebol brasileiro e pela relevante representação do município e do Estado de Mato Grosso do Sul no cenário nacional; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Lia Nogueira e Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Zé Teixeira, Junior Mochi, Roberto Hashioka e Pedro Kemp. **USO DA TRIBUNA** - O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna pela senhora Ana Claudia Gomes, coordenadora-geral do Fórum dos Servidores Públicos do Estado, para*



discussão do tema: Pontos da Proposta de Emenda à Constituição nº 38 — PEC 38, que apresenta a reforma administrativa e que tramita na Câmara Federal. EXPLICAÇÕES PESSOAIS - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quatro de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 9 de dezembro de 2025: Ofício nº 2.782/2025, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, encaminhando a Transferência de Recursos Financeiros/Processo nº 59800.000171/2023-61 (Prot. nº 4968/2025); Ofício nº 652/2025, da Agência Nacional de Telecomunicações, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 3975/2025); Ofícios nºs 49.832, 49.840, 49.848, 49.921, 49.924, 50.147, 50.153, 50.157 e 50.160/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Lia Nogueira, Junior Mochi, Gleice Jane, Mara Caseiro, Renato Câmara e Pedro Kemp; Ofício nº 3.127/2025, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedrossian Neto (Prot. nº 4518/2025); Ofícios nºs 1.910 e 1.911/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Jamilson Name e Coronel David (Prot. nºs 2685, 4496/2025); Carta nº 1.370/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Neno Razuk (Prot. nº 4467/2025); Carta nº 1.401/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 4483/2025)." Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, primeiramente eu quero apresentar um projeto de lei. Projeto de lei que declara de utilidade pública estadual o Instituto Jordão Santana, com sede no município de Campo Grande. O instituto atende aproximadamente cinco mil e quinhentas pessoas, com distribuição de refeições e instruções jurídicas e diversos assuntos, inclusão social de pessoas com deficiência, reforço escolar infante juvenil, projeto de musicalização infantil e projeto de

inclusão social de pessoas historicamente excluídas, como negros, indígenas, pessoas com necessidades especiais, idosos, homossexuais, travestis, transgêneros, bem como aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como moradores em situação de rua e pessoas de baixa renda. Desta forma, o instituto promove melhoria na condição de vida da população, contribuindo para o acesso às políticas sociais, de forma a garantir saúde, educação, trabalho e moradia de forma universal às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Apresento, também, uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa Mato Grosso do Sul, solicitando a tomada de medidas urgentes para regularizar o fornecimento de energia elétrica na Escola Estadual Professor Carlos Pereira da Silva, localizada no distrito Novo Itamarati, no município de Ponta Porã. Eu visitei a escola, é uma unidade importante, porque atende desde a educação infantil até ao ensino médio. E as constantes quedas de energia elétrica acabam prejudicando os trabalhos na secretaria, nas salas de aula e na cozinha. Vale destacar que, com a queda de energia, freezers e geladeiras ficam desligados, comprometendo, assim, a qualidade da merenda escolar. Muitas atividades são interrompidas devido à queda de energia naquela importante unidade escolar, que fica no coração do assentamento Itamarati. A escola não pode mais passar por essa situação. O final do ano se aproxima, mas a situação precisa ser regularizada para o ano quem. A escola precisa desenvolver com normalidade as suas atividades. A instabilidade elétrica afeta diretamente os estudantes, profissionais da educação e familiares, gerando prejuízo ao processo de ensino-aprendizagem e a segurança das instalações. Ressalto que a comunidade local, diante da persistência do problema, organizou um abaixo-assinado — que segue anexo a esta indicação —, demonstrando a urgência e a amplitude da demanda. Por último, apresento uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à desembargadora Jaceguara Dantas da Silva pela sua nomeação para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A nomeação da magistrada representa um marco histórico para Mato Grosso do Sul, tendo em vista ser ela a primeira sul-mato-grossense a integrar o CNJ, em seus vinte anos de existência, honrando o estado e ampliando a representatividade regional no órgão máximo de governança administrativa e disciplinar do Poder Judiciário brasileiro. Mulher negra de ancestralidade indígena e trajetória admirável, Jaceguara construiu uma carreira pautada na defesa dos direitos humanos, na promoção da justiça social e no compromisso com o fortalecimento das instituições públicas. Sua chegada ao CNJ simboliza não apenas o reconhecimento de sua competência técnica e sensibilidade jurídica, mas também o avanço de importantes agendas relacionadas à equidade, à diversidade, à garantia de direitos — bandeiras que a magistrada tem representado de forma coerente e incansável ao longo da sua atuação...



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Vossa Excelência me permite fazer um encaminhamento com relação a essa moção de congratulação?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Com certeza!

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu solicito que essa moção seja transformada em nome da Casa, porque a doutora Jaceguara é uma pessoa queridíssima, ela tem se dedicado integralmente à defesa da sociedade, sobretudo dos mais vulneráveis. Ela nunca admitiu, ao longo da sua história, nenhum tipo de discriminação. Eu tenho um carinho muito especial por ela.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu acato a sua sugestão, deputado. Eu acabei de receber aqui do primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, uma moção de congratulação no mesmo sentido. Vamos anexar uma à outra e fazer o encaminhamento pela Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ela foi nomeada ontem pelo presidente Lula. Nossos parabéns a ela. Vamos fazer a moção pela Casa.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Está certo! Muito obrigado.

RESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, telespectadores que nos assistem pela TV Alems, bom dia! Eu tenho aqui duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Administração, senhor Frederico Felini, e ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, senhor Fernando Luiz Nascimento, solicitando que, na prorrogação do cadastro do processo seletivo temporário dos terceirizados que atuam na Agraer, seja garantida a disponibilização do plano de saúde Cassems a todos os profissionais contratados por meio desses processos, tanto na renovação dos contratos vigentes quanto nas futuras contratações. Existe, no caso, uma discrepância: alguns servidores têm o plano, e outros não. Então, é preciso padronizar isso, de modo que todos os servidores contratados da Agraer tenham acesso ao plano de saúde da Cassems. Esses trabalhadores prestam um serviço importante, sobretudo no campo; eles têm de viajar, faça sol ou faça chuva, e precisam estar cobertos por um plano de saúde. Outra indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel; ao secretário de Estado de Administração, senhor Frederico Fellini; e ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, senhor



Fernando Luiz Nascimento, solicitando a prorrogação dos contratos dos processos seletivos temporários dos terceirizados que atuam na Agraer. Esses contratos vencem agora, no final do ano, e há todo um trabalho sendo desenvolvido, principalmente no Proleite e em vários outros segmentos da Agraer. A instituição não pode ficar sem esses profissionais, porque o trabalho não pode ser interrompido; senão, tudo o que foi conquistado ao longo do ano pode ser perdido. Isso não pode acontecer, porque é prejuízo para toda a nossa sociedade. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Peço licença, senhor presidente, para falar daqui mesmo. Eu estive, no último dia 6, em Bonito, com o prefeito Josmail, e houve lá uma coisa muito importante, que começou por aqui. Por isso, venho apresentar uma moção. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Kassilene Carneiro, que organiza a Corrida dos Poderes com Vossa Excelência, com a nossa primeira-dama, Kátia Claro, com a primeira-dama do estado, Mônica Riedel, e com o governador. E ela fez lá algo que começou há seis anos, que era o Bonito 21 KM, a meia-maratona. E agora realizou provas de 5 KM, 10 KM e 21 KM, lá em Bonito. Começou com trezentas pessoas, há seis anos; e no último fim de semana havia três mil pessoas participando do evento. Presidente, eu venho, também, apresentar uma moção de pesar aos familiares da senhora Ângela Nayhara Guimarães — por acaso, sobrinha da nossa Alir Terra Lima, presidente da Santa Casa, grande amiga nossa. A senhora Ângela foi morta pelo seu ex-marido. Incrível! Um troço absurdo! Ela tinha se separado, voltado, e o cara continuou a traindo; ela terminou, e o ex-marido foi lá e a matou na frente da filha. Então, não tem condição. Tem que parar aí. A gente tem que conseguir parar isso, senhor presidente. Acho que ou é pena de morte, ou é capar esse bando de sem-vergonha que bate em mulher. Acho que a gente tem de tomar alguma iniciativa, porque o negócio está ficando cada vez mais sério. Este ano todos os recordes serão batidos. Quando falam de violência contra a mulher... Eu aprendi com o meu pai que não se rela em mulher. Quero falar aqui com o meu amigo professor Rinaldo: a gente é filho de nordestino, não se bate em mulher nem com uma rosa...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — O senhor me permite um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Professor Rinaldo, seu último pronunciamento foi muito importante. Nós temos de estender essa cultura aos novos, nas escolas. Vamos precisar das escolas. Temos de virar essa chave. Não há condição de continuar como está. E aqui, senhor presidente, a sobrinha da doutora Alir foi morta pelo



marido, na frente da filha. Esse cara tinha que ter, efetivamente, uma pena mais alta... Foi no Taveirópolis, senhor presidente. A Ângela Nayhara — pessoa que tinha um restaurante, conhecidíssima — sobrinha da doutora Alir... E não é por ser sobrinha da doutora Alir — nada a ver. É o modo como é feito: acontece em todas as classes; o crime não escolhe classe. A minha sobrinha, senhor presidente, também sofreu violência. Nós recebemos aqui a solidariedade dos amigos com relação a isso. Nossa solidariedade também à deputada Gleice Jane pela violência que sofreu, que foi um absurdo. Eu quero me somar a Vossa Excelência. Estamos juntos. Violência de gênero não! É importante ensinar as crianças a questão do respeito. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ouvimos aí o registro do primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, um dia após a mobilização nacional "Mulheres Vivas", que chamou a atenção do Brasil todo com relação à violência contra as mulheres. Hoje eu já me manifestei publicamente com relação à violência sofrida pela nossa deputada Gleice Jane. Fica a nossa indignação, o nosso repúdio a qualquer tipo de violência, sobretudo contra as mulheres. O que está acontecendo muito nos envergonha. Estamos todos indignados. Precisamos continuar na luta, nesta luta que não é só da senhora deputada Gleice, nesta luta que não é só das mulheres, nesta luta que é da sociedade sul-mato-grossense. Conte sempre com esta Casa! Com a palavra, por inversão, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, público aqui presente, imprensa e todos que nos acompanham pela TV ALEMS e pelas redes sociais! Quero registrar e agradecer a presença do vereador presidente da Câmara de Aparecida do Taboado, os companheiros lá de Aparecida. Cumprimento também o vereador Airton e a vereadora professora Evair, da nossa querida Costa Rica. Eu venho apresentar algumas proposições. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando que sejam envidados esforços — por meio de convênio ou execução direta — para padronização das lixeiras nos órgãos públicos, bem como para substituição das unidades danificadas e instalação de novas lixeiras nas escolas estaduais do município de Nioaque. A presente solicitação atende ao pedido encaminhado ao meu gabinete pelo vereador Jorge Fernandes Lemes, da Câmara Municipal de Nioaque, conforme requerimento aprovado em Sessão Plenária. Documentação anexa. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor presidente da Agência Estadual de Gestão Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, por meio de cópias autônomas, solicitando a implantação —

mediante convênio ou execução direta no orçamento estudos e providências necessários — de uma ciclovia no bairro Monte Alto, no município de Nioaque. A presente proposição também foi encaminhada ao meu gabinete pelo vereador Jorge Fernando Lemes, conforme requerimento aprovado em Sessão Plenária. Documentação anexa. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Moisés Jajah Nogueira, por seu falecimento, ocorrido no dia 4 do corrente mês, no município de Pedro Gomes. O senhor Moisés nasceu em 17 de setembro de 1951, na cidade de Jataí, Goiás. Construiu uma história de vida marcada pela humildade de suas origens, pela dedicação aos estudos e pela determinação com que conduziu a medicina, profissão que exerceu com excelência, ética e profundo amor ao próximo. Como médico legista e clínico geral, atuou durante décadas com preparo técnico exemplar e com humanidade, tornando-se referência para toda a região norte do nosso estado. Em tempo, eu solicito que esta moção seja transformada em nome da Casa, por conta da grande figura do doutor Moisés, que foi, inclusive, prefeito de Pedro Gomes. Nos últimos quarenta anos, foi referência para a Medicina. Ele vinha lutando contra um câncer há cerca de três anos, mas, infelizmente, na última quinta-feira, faleceu. Senhor presidente, quero dizer que não participarei da Ordem do Dia, pois tenho um procedimento médico agora às 11 horas. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Carlos Antônio Campos, o Carlão, vice-prefeito do município de Guia Lopes; da senhora Evair, já citada, vereadora do município de Costa Rica; do senhor Airtton Martins, também vereador do município de Costa Rica; da senhora Cláudia Padim, vereadora do município de Aparecida do Taboado; do senhor Weber Custódio, presidente da Câmara Municipal de Aparecida do Taboado; do senhor Edson Pinduca, vereador do município de Aparecida do Taboado; do senhor Eli José, vereador do município de Naviraí; e da senhora Elange Ribeiro, vice-prefeita do município de Miranda. Muito obrigado pela presença aqui na nossa Casa de Leis. Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, na quinta-feira, ao encerrar a sessão, eu comuniquei a Vossa Excelência e a esta Casa que estava saindo de viagem para visitar os assentamentos de Nova Alvorada do Sul. E assim fiz. Na quinta-feira à tarde, na sexta e no sábado eu visitei cinco assentamentos. E lá falamos do Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar, apresentado pelo presidente Lula, que disponibiliza para este estado 530 milhões de reais, a juros que vão de 0,5% a 5% ao ano, e grande parte deles com carência de dois, três anos, e com rebote, se pago em dia, de até 40%. Ou seja, recursos para financiar custeio, investimento, aquisição de equipamentos, perfuração de poços artesianos com colocação de placa solar, enfim. A intenção é alavancar

um novo momento para a agricultura familiar. Também falamos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que disponibiliza recursos — via Conab — para a aquisição daquilo que produzem e a entrega às comunidades em situação de vulnerabilidade social. Aliás, no sábado, eu estive na comunidade negra quilombola aqui de Campo Grande, entregando feijão de primeiríssima qualidade, adquirido pela Conab dos assentamentos rurais — particularmente do assentamento da Fazenda Itamarati, que era de um dono só, o Olacyr de Moraes. A área tinha 50 mil hectares, que, no meu governo, em parceria com o presidente Fernando Henrique e depois com presidente Lula, transformaram-se em um assentamento-modelo, com 2.300 famílias assentadas, que produzem quatro vezes mais do que produziam na mão de um único proprietário. Isso prova a viabilidade e a importância de se repensar a estrutura fundiária deste país, dominada pelo colonialismo, que só pensa no latifúndio, na grande propriedade, desde as famosas capitâncias hereditárias... Mas essa é outra conversa. No distrito de Pana, encontrei uma creche com as obras paralisadas há mais de dois anos — uma construção enorme, onde se investiu muito dinheiro público —, e os moradores perguntam: "Por que parou? De quem é a obra? Qual a razão da paralisação do investimento?". Foi jogado fora tanto dinheiro público, milhões de reais. Por isso, para concluir, estou entrando com um requerimento deste Poder ao senhor prefeito municipal de Nova Alvorada do Sul, José Paulo Paleari, solicitando as seguintes informações: "1 - De qual esfera do Poder Executivo — municipal, estadual ou federal — é a responsabilidade pelos recursos alocados na obra da creche que se encontra abandonada no distrito de Pana, em Nova Alvorada do Sul. Portanto, no requerimento, exijo que o prefeito, no prazo estabelecido pela Constituição, nos devolva a informação, porque eu quero entrar com medidas jurídicas na intenção de fazer com que as coisas sejam, se possível, retomadas. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente e caros colegas deputados! Quero cumprimentar, de maneira muito especial, a vice-prefeita de Miranda, senhora Elange Ribeiro, o Anderson e toda a comitiva de Miranda. Eu trago uma moção. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao jornalista Lupércio Marques pela sua destacada contribuição para a comunicação sul-mato-grossense. Ele desempenha um papel relevante na comunicação sul-mato-grossense, liderando veículos consolidados, como a Rede Agora Brasil, a revista Conexão Cidade e o programa TV Conexão Cidade, que possuem ampla circulação e visibilidade nas redes e plataformas de comunicação do estado. Além de sua atuação jornalística, destaca-se pela realização, pelo quinto ano consecutivo, do evento Oscar Sul-mato-grossense Golden Night,



que se tornou referência na valorização de personalidades e instituições de Mato Grosso do Sul. Nesta edição, o evento presta homenagem especial ao ex-governador Pedro Pedrossian, dando seu nome ao troféu em reconhecimento ao legado histórico deixado ao estado. Diante da relevância do seu trabalho e da sua contribuição para o fortalecimento da comunicação e do reconhecimento social em Mato Grosso do Sul, é justa a presente homenagem. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Eu vim apresentar dois requerimentos. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto Santos, diretor-presidente da Energisa Mato Grosso do Sul, solicitando que responda aos seguintes questionamentos: " 1 - Quais são as causas das constantes quedas e interrupções do fornecimento de energia elétrica registradas no município de Dourados, em especial em regiões como os bairros Canaã 3, Colibri, Terra Roxa, Parque Nova Dourados, Parque dos Coqueiros, Izidro Pedroso e Flamboyant. 2 - Há, por parte da concessionária, plano específico de intervenção, manutenção ou melhoria da rede de energia nessas regiões de Dourados?". Nós estamos apresentando esses questionamentos porque recebemos inúmeras reclamações, no último final de semana. Esse problema tem causado danos materiais, comprometido a segurança, o armazenamento de alimentos e medicamentos, o funcionamento de equipamentos essenciais e a própria rotina das famílias, que ficam sujeitas a transtornos reiterados, sem informação clara sobre as causas e as medidas corretivas adotadas. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita de Campo Grande, e à Secretaria Municipal de Campo Grande competente, solicitando que sejam prestadas as seguintes informações: "1 – Quais motivos levaram à redução, suspensão ou não renovação de contratos, convênios ou repasses financeiros da Prefeitura de Campo Grande em favor do Hospital São Julião — que é referência no atendimento de oftalmologia — nos últimos meses, especificando os instrumentos jurídicos envolvidos, os valores e os períodos atingidos por tais medidas. 2 - Informar se houve fechamento, suspensão ou desmobilização de leitos destinados a pacientes do SUS, detalhando a quantidade de leitos atingidos, bem como se tais medidas estão relacionadas ao corte de repasses municipais. 3 - Informar se existem tratativas ou providências em curso para retomar o convênio e recompor integralmente os repasses financeiros ao Hospital São Julião, com vistas a restabelecer os serviços prestados ao SUS e a mitigar os impactos sociais decorrentes da redução das atividades hospitalares e das demissões já realizadas

em razão dos cortes de repasses." Por meio de matéria veiculada na imprensa local, noticiou-se a demissão de cerca de 130 trabalhadores do Hospital São Julião, aqui em Campo Grande, às vésperas do Natal, com relatos de profissionais que atribuem as dispensas à falta de repasse da Prefeitura. Ainda, de acordo com a publicação, a Secretaria Municipal de Saúde informou que não houve redução de repasse municipal, mas, sim, a finalização de contrato entre o hospital e o Governo do Estado, cujo custeio era arcado pela esfera estadual e pelo próprio Hospital São Julião. Em nota, o hospital fala em desmobilização de leitos e readequação da equipe, com divergências quanto ao número de profissionais desligados, o que tem afetado — e muito — o atendimento aos pacientes do SUS. Por fim, senhor presidente, apresento uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Frederico Felini, secretário de Estado de Administração, e ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Justiça e Segurança Pública, solicitando a ampliação das convocações de candidatos aprovados no concurso da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, com vistas à recomposição do efetivo, em especial nos cargos de escrivão de polícia judiciária e investigador de polícia judiciária. Essa proposição decorre de uma demanda recorrente encaminhada ao nosso gabinete e às nossas redes sociais. Candidatos aprovados no concurso da Polícia Civil aguardam a convocação para o curso de formação policial e posterior nomeação, num momento em que Mato Grosso do Sul tem um déficit considerável de policiais. Por hoje é isso. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas e público que nos assiste! Venho fazer uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito do município de Dourados, senhor Marçal Filho, com cópia ao secretário municipal de Obras, senhor Jorge Luiz de Lúcia, solicitando a substituição das placas de identificação da obra da unidade básica do Jardim dos Estados, orçada com recursos do Novo PAC, de modo que passem a ostentar as logomarcas oficiais do Governo Federal, bem como a logomarca institucional do Município, conforme exigido pela legislação e pelas normas técnicas vigentes. Nós temos, em alguns municípios — como já denunciado aqui em vários momentos — obras do Governo Federal em que prefeitos, ou até mesmo o Governo do Estado, se apropriam do recurso federal sem dar ciência à população sobre de onde vem esse recurso. Em Dourados vimos essa situação. Ontem, eu estive em Amambai e vi a obra de construção de centros de cultura indígena, com recurso da Itaipu, realizada pelo Governo do Estado, que também não exhibe qualquer placa informando de quem é a responsabilidade pela obra. Então, solicitamos que os recursos — em especial os federais — tenham sua

divulgação feita da forma correta, cumprindo a legislação e garantindo a informação adequada. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhada moção de protesto, diante da continuidade e do agravamento da violência contra as mulheres no estado, culminando em mais uma morte brutal: a da senhora Ângela Nayara Guimarães Rangel, de 53 anos. O crime ocorreu na manhã de 8 deste mês, aqui em Campo Grande, quando Ângela foi atacada com golpes de canivete por seu ex-companheiro durante o processo de separação. Isso expõe, mais uma vez, o fracasso das estratégias estatais de prevenção, acolhimento e proteção. Durante o ataque, sua filha também foi ferida ao tentar defendê-la — fato que agrava ainda mais a situação. É inadmissível que o Estado de Mato Grosso do Sul registre trinta e nove feminicídios em menos de um ano — número que revela não apenas o avanço da violência, mas também a insuficiência e a desarticulação das políticas públicas, a falta de integração das redes de atendimento e o acompanhamento precário das mulheres em situação de risco. A repetição desses casos evidencia a urgência de uma reestruturação profunda das ações de enfrentamento, com reforço de equipes, ampliação das medidas de proteção e efetiva priorização da vida das mulheres. O atual cenário impõe a este Parlamento o dever de protestar contra a violência de gênero. A Assembleia Legislativa, por meio deste protesto, exige providências imediatas, eficazes e estruturais, capazes de garantir prevenção, proteção e respostas rápidas à violência de gênero. Ademais, quero apresentar um projeto de lei. Projeto de lei que institui o Protocolo Círculo do Cuidado no enfrentamento à violência doméstica e no acolhimento às mulheres em situação de violência, no âmbito dos estabelecimentos públicos e privados de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Fica instituído, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Protocolo Círculo do Cuidado, de adesão voluntária por estabelecimentos públicos e privados, com o objetivo de fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar, por meio da identificação precoce, da escuta qualificada e do encaminhamento adequado às mulheres em situação de violência. Este projeto de lei foi construído a partir do trabalho de uma agente de saúde que já desenvolve essa prática aqui em Campo Grande. Ela apresentou ao nosso gabinete o trabalho que vem realizando, com o intuito de garantir proteção e, principalmente, de fomentar ações de prevenção. Essa proposição tem por finalidade instituir um protocolo — o Círculo do Cuidado — como instrumento de adesão voluntária, que permite que estabelecimentos públicos e privados de Mato Grosso do Sul integrem, de forma espontânea e colaborativa, um fluxo mínimo de acolhimento integral às mulheres em situação de violência doméstica. A iniciativa foi apresentada a este gabinete pela senhora Priscila Teodoro da Silva, agente comunitária de saúde da Vila Nasser, idealizadora do projeto Círculo do Cuidado — O silêncio que fala, escutando as vítimas sem palavras. Trata-se de uma experiência concreta, sensível e transformadora no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica em Campo Grande. É uma metodologia que não apenas

humaniza o atendimento, mas também revela o potencial da escuta ativa como mecanismo de proteção e de ruptura dos ciclos de violência. A urgência desta proposição se torna ainda mais evidente diante do cenário alarmante vivido em Mato Grosso do Sul. Somente neste ano, trinta e nove mulheres foram vítimas de feminicídio — números que escancaram o descontrole da violência de gênero e reafirmam a necessidade de políticas públicas estruturais, permanentes e territorializadas. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 4.993/2025). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 4.975/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 4.978/2025, 4.977/2025, 4.976/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: seis indicações (Prot. nºs 4.988/2025, 4.986/2025, 4.990/2025, 4.984/2025, 4.983/2025, 4.991/2025, 4.989/2025) e uma moção de aplauso (Prot. nº 4.985/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma moção de congratulação (Prot. nº 4.994/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma indicação (Prot. nº 4.991/2025), uma moção de congratulação (Prot. nº 4.982/2025) e uma moção de pesar (Prot. nº 4.981/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 4.998/2025) e um projeto de lei (Prot. nº 4.996/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de congratulação (Prot. nº 4.966/2025) e uma moção de pesar (Prot. nº 4.965/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de congratulação (Prot. nº 4.987/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 4.980/2025). Encerrado o Pequeno Expediente. Passamos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Por inversão, com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão do orador — Bom dia, presidente e nobres colegas! Eu vim falar sobre o que aconteceu comigo — e não só comigo, porque violências acontecem com muitas mulheres no espaço da política. Eu recebi, pelo meu número pessoal, mensagens de muito ódio político. Mensagens com palavras que eu não posso nem repetir aqui, em razão do decoro parlamentar, e que, ao final, diziam: "Você vai morrer! Vai morrer!" Mostrando um ódio enorme à minha condição política. Mensagens de xingamento, mensagens de ódio nós da esquerda temos recebido com certa frequência. Acontece que nós, às vezes, temos normalizado esse ódio — o que não é normal. Por isso, quando eu recebi essa mensagem, num primeiro momento, eu fiquei meio paralisada, sem saber até que ponto era... se era tão grave; fiquei pensando: o que vou fazer com relação a isso? E a minha assessoria me orientou a registrar o Boletim de Ocorrência e dar visibilidade ao ocorrido. É preciso falar sobre isso. Misoginia e ódio no espaço da política não são normais. Nós precisamos construir um espaço seguro dentro da

democracia para colocarmos as nossas opiniões, para divergirmos sem risco e sem medo. Por isso, eu venho aqui também solicitar aos colegas parlamentares que façam essas discussões dentro dos partidos, dentro das escolas, dentro de todos os espaços possíveis. É preciso recuperar o espaço de segurança dentro da democracia. O que aconteceu comigo aqui no nosso estado não é diferente do que acontece com parlamentares em vários outros estados e municípios. Ano passado, nós vimos acontecer aqui várias situações de violência política de gênero — com vereadoras, com prefeitas — voltadas a silenciar as mulheres, a amedrontar, a xingar, a manifestar ódio. As violências políticas de gênero têm afetado as mulheres. 2026 será um ano eleitoral. Vamos precisar que as mulheres se candidatem. Mas, nesse cenário nacional em que mulheres têm sido vítimas de feminicídio, mesmo se mobilizando — como aconteceu aqui em Mato Grosso do Sul, depois de um ato gigante no país —, ocorreu mais um caso. Se as mulheres não sentirem confiança no Estado, elas não vão se sentir seguras para ocupar um espaço na política. Portanto, eu faço um apelo: comecem a discutir, comecem a refletir sobre esse tema. É preciso garantir às mulheres segurança dentro do espaço da política. Nós não podemos normalizar as violências políticas, a misoginia e o ódio que se instalaram na política do país depois dessa polarização...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — A senhora me concede um aparte?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pois não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Primeiramente, eu quero reiterar minha solidariedade a Vossa Excelência. Nós não podemos admitir, de forma alguma, que alguém que esteja exercendo um mandato parlamentar, conferido pela população, por ser mulher e por defender a pauta das mulheres, seja agredida e ameaçada. A senhora sofreu essa ameaça no momento em que nós estávamos nas ruas protestando contra toda essa forma de violência contra as mulheres. Isso não pode ser normalizado. Aqui em Mato Grosso do Sul já ocorreram trinta e nove casos de feminicídio. Nós estamos vivendo um momento preocupante. Inclusive, nós exigimos nas ruas políticas públicas de proteção às mulheres. Muitas vezes, as falhas nos protocolos de atendimento acabam resultando no assassinato de mulheres. É preciso que as políticas públicas sejam efetivas, que as mulheres se sintam acolhidas e protegidas pelos órgãos de segurança. Mas a violência política de gênero precisa ser combatida. É muito importante que mulheres sejam eleitas. Nós sabemos que hoje existem cotas para as mulheres nas chapas de deputados, de vereadores etc. Acontece que, mesmo com as cotas, há uma desigualdade entre homens e mulheres na disputa eleitoral. E as mulheres, que ainda têm dupla jornada de trabalho, muitas vezes acabam se sobrecarregando com atividades que deveriam ser compartilhadas em casa com seus maridos. Então, é difícil para a mulher abrir mão da sua vida particular, do seu espaço doméstico, para se candidatar. E quando eleita, muitas vezes ainda sofre violência nos

parlamentos e na vida pública em geral. Mas eu acho que a senhora não deve se intimidar com essa ameaça que sofreu. A senhora agiu corretamente ao registrar o Boletim de Ocorrência, ao procurar a Polícia Federal. Essa pessoa deve ser identificada e punida pelo que fez. Não podemos nos calar. Movimentos como o de domingo têm de se repetir, outras ações precisam acontecer. Essa luta não é só das mulheres. Acho que 90% dos presentes no movimento que fizemos eram mulheres, mas os homens também precisam se engajar nessa batalha. Inclusive, nós homens temos que chamar a atenção dos outros homens para que respeitem as mulheres. Este ano, aqui em Mato Grosso do Sul, o feminicídio bateu recorde. Isso é preocupante. Nós precisamos acabar com isso. E, como somos da área da educação, deputada, acredito que o processo de conscientização, principalmente dos meninos, deve começar já na educação infantil. É preciso combater o machismo, inculcando valores de respeito, de acolhida, de fraternidade na cabeça das crianças. Assim, poderemos mudar essa mentalidade que ainda é forte na sociedade. Estamos juntos nessa luta. Que toda violência política de gênero seja combatida, para que as mulheres ocupem os espaços de poder e representem essa parcela significativa de pessoas aqui no estado. Mais de 50% da população de MS é composta por mulheres, portanto elas precisam ter maior representatividade nos parlamentos. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, deputado Pedro Kemp. Eu incorporo seu aparte ao meu pronunciamento e agradeço sua manifestação de solidariedade. Acho que, para conseguirmos avançar nesse processo, precisamos envolver as mulheres em políticas públicas — políticas dentro da saúde, da educação, enfim. Eu tenho denunciado aqui, há muito tempo, que os professores e as professoras estão silenciados e com medo de falar sobre essas pautas dentro das escolas. Eu tenho visitado as escolas, e quando questiono as professoras a respeito dessas questões, elas me dizem: "Olha, nós não podemos falar, porque sempre há alguém questionando o nosso trabalho". Uma professora de Português foi questionada sobre por que estava falando sobre gênero textual. Quer dizer: a palavra *gênero* foi tão condenada que ninguém sabe o que é, mas todo mundo diz que não pode falar sobre. Mas é preciso debater a questão de gênero, no intuito de prevenir, de evitar a ocorrência de violências e de perceber o quanto a política é desigual, o quanto a sociedade é desigual. Então, é criar e fomentar políticas públicas...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — A senhora me permite um aparte?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado Zeca, a deputada Lia também quer falar. Eu vou ouvi-la primeiro, depois eu passo a palavra ao senhor.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Claro! Eu sou cavalheiro. A deputada Lia Nogueira chegou depois de mim, mas eu vou ceder a minha vez a ela, com o maior prazer.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigada, governador. Deputada Gleice Jane, eu reforço a minha solidariedade e o meu respeito a Vossa Excelência. Eu conheço sua história nos movimentos sindicais e nos movimentos sociais. Nas minhas redes sociais eu disse: esse ódio, essa intolerância, esse *não nos querer* nos espaços predominantemente masculinos é uma realidade. Mas nós estamos aí para furar bolhas, para romper barreiras. Não vão nos calar, Gleice! Não vão nos calar! Pela segunda vez, presidente, na história do Parlamento de Mato Grosso do Sul, nós temos três deputadas. Em toda a história deste Parlamento, esta é apenas a segunda vez que temos três mulheres aqui. Isso é uma conquista — é uma conquista —, mas nós precisamos avançar ainda mais. E, no momento em que estamos falando de violência contra nós mulheres, Mato Grosso do Sul bate todos os recordes de violência de gênero. Vimos a notícia de uma mulher que foi arrastada viva por um carro. São casos absurdos, uma barbárie! E agora vem esse caso de violência contra a deputada nas redes sociais. Nós tivemos aqui aquele caso da delegada que também foi vítima de violência, que foi ameaçada — uma atitude de inferiorização total contra ela. Isso pelo fato de ela ter conquistado um espaço que, tradicionalmente, era dos homens. Uma mulher negra. Então, precisamos trazer esses assuntos a este Parlamento, precisamos nos unir, deputados e deputadas. É preciso dar um basta nisso tudo. E só mais uma coisa: internet não é terra sem lei. A Justiça tem de responsabilizar os agressores, essas pessoas que espalham ódio e intolerância nas redes sociais. Essas pessoas devem ser tratadas de modo mais rígido. Não vão nos calar! A nossa luta só começou. Obrigada pelo aparte.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Jamais, deputada Lia! Jamais nos calaremos. Deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Primeiro, quero lhe cumprimentar pelo pronunciamento e, ao mesmo tempo, me solidarizar com Vossa Excelência. Segundo, lembrar a esta Casa — e a quem nos ouve — que foi durante o meu governo, aliás, do governo do PT, que, pela primeira vez, este Estado inovou e criou a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres; criou a Delegacia da Mulher, apropriada para atender as vítimas de violência; e criou uma Casa-Abrigo para as mulheres vítimas de violência — cuja localização nem eu, como governador, sabia, para garantir absoluta reserva e proteção. Terceiro, quero dizer a Vossa Excelência: não se intimide. O que esses canalhas querem é intimidá-las. Eu também recebo muitas ameaças. E tudo o que me vem à cabeça eu digo, mando para *aquela* lugar. E digo: venha fazer essa ameaça pessoalmente! Venha que eu vou dar uma surra em você! Você vai voltar sangrando para a sua casa! Não podemos ter medo! Temos que continuar nessa luta! Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, deputado Zeca. Pois não, deputado Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputada Gleice, eu também quero externar minha solidariedade a Vossa Excelência pelo que aconteceu recentemente. E, lá no nosso grupo de deputados, eu vi que vários colegas manifestaram esse sentimento, que é de toda esta Casa. Aliás, acho que este é o tema que mais discutimos neste Parlamento nos últimos tempos. Mais do que nunca, é preciso repudiar veementemente qualquer tipo de discriminação, qualquer tipo de afronta — seja xenofóbica, seja violência contra a mulher, seja qualquer outra forma de violação. E, como eu sempre digo: precisamos trabalhar na perspectiva da educação. É preciso que haja leis mais rígidas. Eu sou até favorável a que se faça um plebiscito no Brasil para discutir, por exemplo, a pena perpétua para quem comete o crime de feminicídio — assim como já aconteceu em alguns outros países. A Giorgia Meloni, na Itália, em fevereiro deste ano, decretou que seja aplicada pena perpétua a quem comete feminicídio. Veja: trinta e nove mulheres! Isso, proporcionalmente ao número de habitantes do nosso estado, é muito alto. Outro ponto, Gleice. Há uma lei de minha autoria, a Lei nº 5.539, de 13 de junho de 2020, que dispõe sobre a inclusão do ensino de noções básicas da Lei Maria da Penha como conteúdo transversal na grade curricular do Estado de Mato Grosso do Sul. A intenção é trabalhar este assunto o ano todo, não apenas no dia 8 de março. São duas coisas cruciais: educação e penas mais rígidas. Finalizo, Gleice, dizendo: cerca de 90% dos meninos são criados por mulher. E a pergunta que se deve fazer é: por que ele se torna tão violento mais tarde, a ponto de tirar a vida daquela que prometera amar e proteger, em qualquer circunstância? Outro ponto que vale destacar é o fator cultural. A supremacia masculina está intrinsecamente ligada à formação da nossa sociedade. Era o que eu tinha a dizer. Eu me somo a Vossa Excelência. Parabéns pela coragem! Estamos juntos. Que tenhamos um estado mais justo, mais fraterno e, acima de tudo, mais solidário e tolerante. Muito obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, deputado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — A senhora me concede um aparte, deputada?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pois não.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu também me solidarizo com Vossa Excelência e, na mesma direção do nosso companheiro Zeca do PT, digo que a senhora fez certo — registrou o Boletim de Ocorrência. Isso de fato é caso de polícia. Não se pode dar força para bandido fazer o que lhe vem à cabeça. Nós estamos com você, minha irmã.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Muito obrigada, deputado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Deputada Gleice.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pois não.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Deputada, eu a conheço desde quando a senhora era muito jovem, embora continue jovem ainda. Como fomos companheiros de partido, deixo-lhe aqui um gesto de respeito e de carinho pela sua coerência e pela sua luta. A minha mais sincera solidariedade a você. E essa luta, essa causa, não é só de vocês mulheres; ela é de todos nós.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, deputado. Quero só anunciar que hoje eu estive na Superintendência da Polícia Federal, solicitei investigação, uma vez que se trata também de um crime político. E solicito o apoio desta Casa. Eu vou exigir apuração. Esse tipo de atitude tenta minar a energia das mulheres. E quero salientar que eu não me intimido. Esse tipo de ameaça me faz acreditar cada vez mais que nós mulheres precisamos nos unir e enfrentar a misoginia. A política não foi feita para nós, mulheres. Eu costumo dizer que estamos aqui de atrevida. E somos atrevidas porque milhares de mulheres, há muitos anos, decidiram que nós iríamos ocupar esses espaços de poder. Hoje, temos aqui na Assembleia Legislativa três mulheres; lentamente as mulheres vêm ocupando espaço na política. A política precisa de nós. Quando uma mulher entra na política, ela muda o cenário. E justamente por isso sinto que há uma resistência em relação à minha permanência nesse espaço. Mas ameaças não me intimidam, elas me encorajam a fazer o enfrentamento. Não é sobre mim, é sobre nós. E nós sabemos que a violência política de gênero tem relação com a violência de gênero na sociedade. Deputado Rinaldo, nós vemos por aí coaches ensinando os homens a serem machistas. É preciso rever essa estrutura de sociedade que, a todo momento, faz essa diferenciação e tenta colocar os homens acima das mulheres. Faz-se necessário entender que isso é crime. Machismo é crime. E, se a gente tem usando esse modelo como estratégia de organização da sociedade, tem cometido crime também, porque esses movimentos machistas acabam gerando violência. Nós feministas entendemos que os princípios do feminismo são importantes para os homens também, porque uma sociedade machista impõe a eles muitas responsabilidades que podem ser divididas conosco. Essas relações que dão muitos papéis diferentes para homens e para as mulheres e que os colocam em situação de superioridade em relação a elas não são boas para elas — mas também não são boas para eles. É preciso debater mais e mais essa situação. E concordo: nós precisamos exigir que as escolas façam o seu papel dentro do processo educacional. Muito obrigada pelas manifestações de solidariedade que recebi também no fim de semana. Convido todos a seguirem conosco nesta luta. É preciso enfrentar a violência contra as mulheres *em todos os espaços*. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero fazer mais um registro, deputada. Eu já disse, em nome da Casa, que estamos todos nesta pauta. Quero deixar



registrado que esta Casa e todas as instituições sul-mato-grossenses — inclusive coroadas com a nomeação da desembargadora Jaceguara, que tocou o projeto "Todos por Elas" durante esse período — vêm fazendo mudanças de protocolos na Polícia Civil, na Casa da Mulher, no Ministério Público... Isso está sendo levado como exemplo a alguns estados. Então, as instituições públicas assumiram o compromisso de mudar seus protocolos. Agora, essa é uma política da sociedade também, não somente das instituições públicas. Envolve as famílias, as igrejas etc. Violência causa indignação. Vossa Excelência tem o nosso apoio. Violência política, de gênero, misoginia, todas merecem o nosso repúdio. Esta Casa sempre estará ao lado daqueles que encampam essa luta, para que Mato Grosso do Sul nunca mais passe essa vergonha. Registramos e agradecemos a presença da Patrícia Maria dos Santos, vereadora do município de Aparecida do Taboado; do Mateus Costa, vereador de Aparecida do Taboado; do Breno e do Caíque, vereadores do município de Naviraí; do Gabriel Leal, vereador do município de Inocência; da Francesca Corrêa, presidente da Associação de Voluntários do Hospital de Amor Campo Grande; do colunista e ex-vereador Fernando Soares, que jamais vai conseguir ganhar do Manoel, que é nosso "vigésimo quinto deputado". Ele deve ganhar o prêmio de maior presença nas sessões plenárias aqui da Assembleia. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero comunicar a Vossa Excelência (como fiz na vez passada, quando estive em Brasília junto com a deputada Camila Jara para tratar com o ministro Fernando Haddad sobre recursos para a reforma agrária do nosso estado) que amanhã estarei em Brasília. Entre 8 e 9 horas da manhã, eu e Camila teremos uma reunião com o ministro Fernando Haddad sobre a demanda que apresentamos referente a recursos para a reforma agrária. Às 10 horas, teremos uma reunião com a direção da Sudeco para tratarmos de recursos para a agricultura familiar. E meio-dia, uma reunião com a ministra Gleisi Hoffmann para tratarmos da regularização e da titulação da



terra quilombola de Nioaque, da família Cardoso, e da terra quilombola de Dourados, da Picadinha. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Item 1. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Decreto Legislativo nº 013/2025. Autora: Mesa Diretora (2025-2026). "Aprova o Balanço Geral do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul relativo ao exercício econômico-financeiro de 2023. A Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Para declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, há uma questão neste projeto que me traz dúvida. Eu já fiz inclusive um questionamento em uma audiência pública que tivemos aqui: o Governo diz que gastou 16% com o orçamento da educação no ano de 2023, mas a Constituição Federal determina um gasto de 25%. Já fizemos esse questionamento em outro momento, e não obtivemos resposta. Eu vou votar favoravelmente por outras razões, mas gostaria que o Governo respondesse por que fez esse gasto e que explicasse esse percentual. Isso está em desacordo com a Constituição; não passaria, inclusive, pelo próprio Tribunal de Contas. Voto sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Olha, causa-me estranheza essa afirmação, porque todos sabem que — constitucionalmente — o mínimo é 25%. O Governo do Estado jamais cometeria um erro primário como esse. Isso seria um crime de responsabilidade, passível de sanção. Todo gestor sabe disso. Então, coloco-me à disposição da deputada para conferirmos esse número. Provavelmente se trata de um equívoco.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 013/2025, de autoria da Mesa Diretora (2025-2026).

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o segundo-secretário sobre o resultado.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Quero dizer à deputada Gleice, para esclarecimento: eu não tenho dúvida de que o limite mínimo está sendo cumprido, mas, diante do questionamento de Vossa Excelência, vou checar essa informação, porque é importante termos isso muito claro. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 265/2025. Autor: deputado Zé Teixeira. "Declara de utilidade pública estadual a Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados (Agecold), com sede no município de Dourados." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 278/2025. Autora: deputada Lia Nogueira. "Declara de utilidade pública estadual a Associação de Mães e Amigos Atípicos de Costa Rica (Amaacri) localizada no município de Costa Rica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Para justificar meu voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Só para falar da satisfação que sinto em apresentar este projeto de lei. Nós estivemos numa reunião, em Costa Rica, com os integrantes dessa associação, e eles têm lá um trabalho de excelência, um trabalho de acolhimento das famílias, de filhos com deficiência, de crianças atípicas. Essa declaração de utilidade pública é um avanço significativo. A nossa bandeira das mães atípicas continua firme aqui na Assembleia também. Nós queremos que Mato Grosso do Sul seja cada vez mais humanizado e inclusivo — e isso passa pelo reconhecimento dessas associações, que têm feito um trabalho fundamental. Solicito o apoio dos colegas. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 278/2025, de autoria da deputada Lia Nogueira.



Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 163/2024. Autor: deputado Lucas de Lima. "Dispõe sobre a possibilidade da realização de orientação e de treinamento sobre a manobra de Heimlich (manobra de desengasgo) durante o acompanhamento pré-natal das gestantes assistidas na Rede de Saúde Pública e na Rede Privada de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. A Comissão de Segurança Pública e Defesa Social emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão...

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Este é um projeto simples na sua forma, mas gigantesco no seu valor. Todos nós já vimos ou já vivenciamos uma situação de engasgo. Nesses momentos, o que separa a vida da morte não é o hospital, é a informação. A manobra de Heimlich é um procedimento simples, rápido e eficaz; é um procedimento reconhecido mundialmente, e qualquer pessoa pode aprender a fazê-lo. Esse é o nosso intuito com este projeto. O problema é que muita gente não sabe o que fazer quando se depara com alguém em situação de engasgo. E quando não se sabe o que fazer, o pânico se instala. Este projeto nasce para levar conhecimento, treinamento, divulgação e conscientização. A intenção é que qualquer pessoa consiga salvar vidas. Conto com o voto dos colegas. Voto sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Para justificar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para justificativa de voto, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Quero dizer que o deputado Lucas de Lima, em princípio, apresenta uma proposta que parece simples, mas que, na verdade, tem um valor enorme. Eu, por exemplo, perdi um primo, em Dourados, que se engasgou com um pedaço de carne. Na minha casa, um dia, Paulo, enquanto eu almoçava com alguns amigos, uma professora quase ficou sem fôlego, porque também se engasgou. Muito interessante este projeto. Na ementa, consta: treinamento sobre a



manobra durante o acompanhamento pré-natal. Eu acredito que este projeto teria de alcançar toda a sociedade. Parabéns, deputado Lucas, pela iniciativa! Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 163/2024, de autoria do deputado Lucas de Lima.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.



DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final por ter recebido emendas. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 209/2025. Autora: deputada Mara Caseiro. "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, a 'Festa do Mel', realizada tradicionalmente no município de Guia Lopes da Laguna." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Apenas para falar da importância de valorizarmos os produtores derivados do mel. A festa de Guia Lopes é bastante tradicional. Esta proposta atende ao pedido formulado pelos produtores da região. Voto sim. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença da vereadora Suzana Ulisses, do município de Amambai. Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 209/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 299/2025. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre a Taxa de Fiscalização sobre os Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado (TFSG) do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu já votei favoravelmente, mas quero entender melhor a proposta. Parece que o governo liberal do senhor Eduardo Riedel — aliás, o governo da Famasul e da Fiems — está criando uma *taxinha* em cima do consumo do gás. É isso? Só para eu entender. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Fiscalizar a eficiência do gás — gás que o senhor ajudou a trazer por Mato Grosso do Sul e levar para todo o Brasil.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Aliás, começou no meu governo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nosso reconhecimento, governador Zeca... Pois não, deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Na verdade, foi no governo Zeca do PT... Ele não criou, mas o ICMS do gás ficou para Mato Grosso do Sul. Respondendo à dúvida do deputado Zeca. Na verdade, não está criando, está fazendo uma equalização para que não haja valores, dependendo do serviço, maiores do que aqueles de natureza mais simples. Então, é uma equalização dessa taxa entre todos os tipos de serviço, e não a criação de uma nova taxa.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Só para registrar o papel extraordinariamente que o Paulo Duarte, meu secretário de Fazenda à época, teve na articulação com a Petrobras para garantir que a cobrança do ICMS sobre o gás que entra por Corumbá fosse creditada a Mato Grosso do Sul...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrar a consolidação disso numa ação que demorou anos no STF, conquistada pelo ex-governador Reinaldo Azambuja.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — ... E registrar também que eu fico contente, Pedro Kemp, de ver os governos neoliberais, como este que nós temos, criando uma *taxinha* a mais, modificando aqui, ali, para poder sobreviver. Obrigado, presidente.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Aprendeu com o Haddad.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 00299/2022, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezessete votos favoráveis e dois votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 7. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 251/2025. Autor: deputado Pedrossian Neto. "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, a 'Feira Ecológica, Cultural, Indígena e Rural de Miranda (Fecir)' e a 'Cavalcada Ecológica de Miranda', e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Apenas para ressaltar a importância de nós votarmos favoravelmente a este projeto. A Fecir é o maior evento cultural de Miranda, já é tradicional, e envolve shows, gastronomia e rodeio... Ela reforça a identidade pantaneira e a identidade mirandense. Quero cumprimentar a nossa vice-prefeita Elange; o nosso prefeito Fábio Florença; e o secretário de cultura Fernando Henrique. Quero dizer aos mirandeses: contem conosco. Viva Miranda!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor André Ricardo, vereador do município de Naviraí. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00251/2025, de autoria do deputado Pedrossian Neto.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 8. Em discussão única e votação simbólica. "Vinte e quatro indicações, uma moção de aplauso e três moções de congratulação." Em votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Pela ordem, presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há moções de pesar. Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Senhor presidente, apenas para me solidarizar com a deputada Gleice Jane. Eu estava no gabinete atendendo, deputada, e ouvi a sua fala e os apartes aqui. O que Vossa Excelência passou é um absurdo. Semana retrasada, esse filme se repetiu em Brasília, na Marcha dos Deputados, e fizemos exatamente essa fala num evento que reuniu várias parlamentares do Brasil em defesa da mulher e, principalmente, contra a violência política de gênero. Eu digo isso com conhecimento de causa, porque tenho acompanhado, *pari passu*, a forma como a prefeita Adriane Lopes recebe discriminações nas redes sociais (palavras agressivas, palavras violentas e de total desrespeito — primeiro, desrespeito a um ser humano; depois, desrespeito a uma mulher. Então, conte conosco. Estaremos sempre juntos na batalha em defesa da mulher. Não podemos admitir que isso aconteça em Mato Grosso do Sul. Se não fizermos o enfrentamento, tête-à-tête, continuaremos a ver esse tipo de crime acontecer. Ontem mesmo, mais Mato Grosso do Sul registrou mais um caso de feminicídio. É preciso dar um basta nisso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Runas de Oliveira, vereador do município de Amambai. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Lembrando aos senhores deputados que amanhã teremos: CCJR, comissões de mérito e trabalho acelerado, porque queremos encerrar no dia 17 de dezembro. E, amanhã, os servidores podem contar com o 13º na conta. Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente Sessão (11h30min).